



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.880-041.458/90-71

2º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	de 11/04/93
C	Rubrica >

Sessão de: 25 de março de 1993 ACORDÃO nº 203-00.313
Recurso nº: 90.314
Recorrentes: EMPRESA AGRICOLA E IMOB.FAZENDA SAO JOAO S/C LTDA.
Recorrida: DRF EM SANTA EFIGENIA - SP

ITR - CREDITO TRIBUTARIO EXTINTO PELO PAGAMENTO - SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO - MATERIA ESTRANHA À COMPETENCIA DESTE COLEGIADO. A solicitação de devolução de imposto, independentemente do mérito do pedido, incabe ser apreciada neste Colegiado. Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por EMPRESA AGRICOLA E IMOBILIARIA FAZENDA SAO JOAO S/C LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1993

ROSAURO VITAL GONZAGA SANTOS

- Presidente

MAURO WASILEWSKI - Relator

DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 18 JUN 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e SEBASTIÃO BORGES TAGUARY.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.880-041.458/90-71

Recurso nº 90.314

Acórdão nº 203-00.313

Recorrente EMPRESA AGRICOLA E IMOB. FAZENDA SÃO JOÃO S/C LTDA.

R E L A T O R I O

Trata-se de Notificação do ITR/1990, cujo Lançamento foi mantido pelo Julgador Singular, que ementou sua decisão da seguinte forma: "ITR - O pedido de isenção não foi renovado, pelo interessado, para o ex: 90. O Lançamento foi corretamente efetuado, com base nas normas vigentes e nos elementos extraídos da última DP apresentada pelo contribuinte. IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA".

Em suas razões de recurso, o Contribuinte alega, em síntese, que não foi renovado o pedido de isenção do ITR/1990, porquanto, a Área não é aproveitável nem explorável, eis que tramita na Comarca de Peruíbe-SP, duas ações de desapropriações, para agregar o complexo ecológico JUREIA - ITATINS; que, inclusive, se procedesse a exploração, estaria cometendo crime inafiançável; que, como recolheu o crédito tributário, deve o valor recolhido ser-lhe devolvido. Juntou o comprovante de pagamento com o carimbo da ARF de Itanhain-SP, sem contudo, apresentar, documentos da desapropriação mencionada.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n°: 10.880-041.458/90-71
Acórdão n°: 203-00.313

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

À Contribuinte procedeu o recolhimento do tributo com os acréscimos legais, conforme informação da ARF-Itanhain, ficando, assim, extinto o crédito tributário pelo pagamento.

É oportuno alertar que o recolhimento mencionado, ocorrido antes, até, do julgamento de 1ª Instância, tinha o condão de encerrar o processo fiscal.

Relativamente ao tributo, caso pago indevidamente, em não sendo pacífica sua devolução na área administrativa, e neste caso não o é, a Recorrente tem a sua disposição as vias do Poder Judiciário para discuti-la.

Diante do exposto e do mais que constam dos autos, deixo de conhecer do recurso, pelo fato do pedido de devolução de tributo não estar elencado no rol das competências deste Colegiado.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1993.

MAURO WASILEWSKI